

Potencialidades de ensino e pesquisa em espaços de sociabilidade: as irmandades negras em São Luís do Maranhão

*Antonia da Silva Mota**

*Heloisa Selma Fernandes Capel***

Resumo

O artigo explora as potencialidades de ensino e pesquisa sobre as irmandades negras e suas igrejas com base em documentos diversos dos séculos XVIII e XIX em S. Luís do Maranhão. A intenção é dar visibilidade a essas associações e à Igreja secular, atualmente ligada ao patrimônio histórico da cidade, a igreja de N.Sra. do Rosário dos Pretos. Enfatiza seu papel formador das redes de solidariedade entre africanos e afrodescendentes, sua diversidade étnica, bem como aspectos sincréticos da religiosidade e sociabilidades a serem consideradas como espaços de negociação e inserção social das comunidades negras. A edificação da igreja e sua manutenção ao longo dos séculos, manifesta a existência e os anseios dessas populações

* <http://lattes.cnpq.br/3919574214701935> . Universidade Federal do Maranhão. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História / ProfHistória. Doutorado em História UFPE (2007) e Pós-Doutorado na Unicamp (2015). Faz parte do Grupo de Pesquisa NEÁfrica (CNPq) e desenvolve o projeto Cultura Material, Patrimônio histórico e Ensino. Suas áreas de atuação são ensino, história colonial e patrimônio. as.mota@ufma.com.br

** <http://lattes.cnpq.br/0202627724737454> . Universidade Federal de Goiás. Professora Associada da Universidade Federal de Goiás. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História / ProfHistória e do Programa de Pós-Graduação em História (UFG). Bolsista produtividade CNPq. Doutorado em Educação (2003) e Pós-Doutorado em Arte e Cultura NEHAC/UFU (2015). Coordena o Grupo de Estudos de História e Imagem GEHIM / CNPq. Suas áreas de atuação são educação, arte e cultura. heloisacapel@ufg.br

no cotidiano da cidade e apresenta um significativo potencial de ensino e pesquisa sobre o tema.

Palavras-chave: Irmandades negras. Afrodescendentes. Igreja do Rosário dos Pretos. São Luís do Maranhão.

Teaching and Research Potentialities in Spaces of Sociability: Black Confraternities in São Luís do Maranhão, Brazil

Abstract

This article explores teaching and research potentialities regarding black confraternities and their churches based on several eighteenth- and nineteenth-century documents from São Luís do Maranhão, Brazil. Its aim is to shed light on these relations as well as on the secular Church, currently linked to one of the city's historical landmarks, the Church of Our Lady of the Rosary of Black People. Emphasis is given to the church's role in establishing solidarity networks among Africans and Afro-descendants, its ethnic diversity, and the syncretism of its religiousness and sociabilities, to be considered as spaces for negotiation and social inclusion of black communities. The church's construction and conservation throughout the centuries are a testament to the existence and needs of these populations in the city's daily life and reveal considerable potential for teaching and research on the topic.

Keywords: Black confraternities. Afro-descendants. Church of Our Lady of the Rosary of Black People. São Luís do Maranhão.

Potencialidades de Enseñanza y Pesquisa en Espacios de Sociabilidad: las Hermandades Negras en São Luís do Maranhão, Brasil

Resumen

El artículo analiza las potencialidades de enseñanza y pesquisa sobre las hermandades negras y sus iglesias con base en variados documentos de los siglos XVIII y XIX en São Luís do Maranhão. El intento es propiciar visibilidad a esas asociaciones y a la iglesia secular, actualmente vinculada al patrimonio histórico de la ciudad, la iglesia Nossa Senhora do Rosário dos Pretos [Nuestra Señora del Rosario de los Negros]. Enfatiza su papel formador de las redes de solidaridad entre africanos y afrodescendientes, su diversidad étnica, así como los aspectos sincréticos de la religiosidad y

las sociabilidades, consideradas como espacios de negociación e inserción social de las comunidades negras. La edificación de la iglesia y su manutención a lo largo de los siglos manifiesta la existencia y los deseos de esas poblaciones en el cotidiano de la ciudad y presenta un significativo potencial de enseñanza y pesquisa sobre el tema.

Palabras clave: Hermandades negras. Afrodescendientes. Igreja do Rosário dos Pretos [Iglesia del Rosario de los Negros]. São Luís do Maranhão.

Um dos pilares da colonização portuguesa, as confrarias de irmãos leigos se iniciaram no século XVII e se multiplicaram no Maranhão oitocentista, agregando cada vez mais segmentos subalternos da sociedade. Ainda que haja registros de associações se formando nas vilas mais importantes, em São Luís elas se notabilizaram, pois era o maior núcleo urbano da região, que na segunda metade do século XVIII passou a concentrar as atividades de importante porto situado ao norte do Brasil. Embora o “boom” econômico ligado à rizicultura tenha durado apenas algumas décadas, em seu auge, São Luís chegou a ser a quarta cidade em importância da América portuguesa, concentrando populações e atividades diversas (SPIX & MARTIUS, 1981). Em 1835, provavelmente por causa da insurreição de escravos ocorrida em Salvador, as autoridades municipais aumentaram a vigilância sobre a população “de cor, cativa ou liberta”, que se adensava na cidade de São Luís. Nesse contexto, certo guarda de pedestres, em seu relatório do dia, anotou que havia um agrupamento diferenciado na Rua do Passeio:

Na Rua do Passeio, em um chão [...], nos domingos de tarde, ajuntam-se mais de trezentos negros congos de ambos os sexos. Esta reunião dentre todas deste gênero é a que apresenta mais alguma regularidade, abrangendo outro fim mais do que o divertimento. Uma banca coberta com um pano preto é posta no meio do terreno, e ali vão entregar os confrades as suas cotizações semanais que dão 80 réis, a recepção desta, e a competente escrituração é feita sob a procedência do Chefe da Sociedade que é o preto liberto, João Ventura, que mora junto da casa do major Jose Joaquim de Azevedo Ewerton, a escrituração é feita por um preto crioulo de menor idade em um livro de que servem para escriturações ordinárias, e o método é: “o irmão (ou Irmã) fulana de tal pagou até tantos de tal mês

e ano etc.” Dizem que destinam estes créditos para fazerem os funerais dos irmãos que morrem sem proporção para os fazerem; já tem enterrado alguns pretos à custa da baixa, e até tem alguns preparos dos que se usam nos funerais (RELATÓRIO, APEM, 1835).

A partir da segunda metade do século XVIII, por causa da inserção da região Norte no mercado agroexportador, com o cultivo do algodão, levas de africanos foram desembarcados no porto de São Luís. Com base nas informações coletadas pelo projeto “*Slaves Voyages*”, dos Mapas Gerais de População e de estimativas feitas à época, o historiador Matthias Assunção calculou em 114.000 o número de africanos que entraram entre 1755 e 1820. Ainda que os números sejam significativos, os estudiosos calculam um erro de 20% para baixo, pois acreditam que o total seja mais elevado (ASSUNÇÃO, 2015, p. 67).

A maioria dos escravizados era levada para labuta nas plantations espalhadas pelo baixo Itapecuru e Golfão maranhense, no entanto, parte significativa era retida para atender às demandas da cidade e seu porto. A cidade de São Luís, a partir das últimas décadas dos setecentos, com a agroexportação, cresceu sobremaneira, estima-se em trinta mil seus habitantes, em meados do século XIX. Em torno do bairro da Praia Grande se adensava a população livre de origem europeia, africanos de várias procedências e seus descendentes, alguns poucos mestiços dos grupos humanos originários. O aspecto mais marcante desse ajuntamento humano era o ir e vir de gentes e mercadorias, impulsionando as construções no entorno do núcleo urbano inicial.

Sobre as irmandades negras, que em São Luís se tornaram mais evidentes em meados do século XIX, a citação diz muito sobre a importância dessas instituições no cotidiano da América portuguesa e no Brasil imperial. Tentaremos dar conta da riqueza do registro citado, a começar pela constatação de que o agrupamento composto de “trezentos negros” ainda estava em conformação e certamente seus membros copiavam o que viam dar certo nas irmandades de brancos e pardos já existentes na cidade desde

o século XVII. Lendo nas entrelinhas do relato, avaliamos que se tratava de ajuntamento de africanos, supostamente de mesma procedência étnica “do Congo”. Homens e mulheres de várias idades se reunindo nas cercanias da cidade, longe dos olhos dos senhores, realmente era para deixar um guarda de pedestres em alerta, ainda que fazer parte de tais associações lhes fossem permitidos e até estimulado pela igreja católica, pois, segundo apurou o observador, se reuniam com um propósito cristão: garantir um enterro decente a seus membros.

Provavelmente a maioria dos que se reuniram na Rua do Passeio era de alforriados, ainda que devessem existir escravizados entre eles, mas dificilmente procediam do Congo. Mediante as informações constantes do Banco de Dados do Tráfico Transatlântico, cuja base para o Maranhão ficou a cargo do historiador Walter Hawthorne, vimos que nos inventários maranhenses, no período de 1767 a 1831, apenas setenta indivíduos constam como sendo do Congo, de um total de 8.189 escravizados listados nessa tipologia documental. A imensa maioria destes, dos que aparecem nos inventários *post mortem*, estavam nas *plantations*, no vale dos rios Itapecuru e no Golphão maranhense; então não há como tantos “congos” estarem em perímetro urbano. Com certeza eram africanos, talvez angolas ou mandingas, os maiores grupos constantes desse levantamento.

João Ventura, o que liderava o ajuntamento, era liberto e certamente aquele que possuía maior habilidade em agilizar os interesses da sociedade nascente. Outra observação importante é que mulheres faziam parte dessas reuniões, como de resto, em todas as confrarias leigas da igreja católica. O domingo à tarde talvez fosse o único momento de folga dessa população, dia em que faziam seus “divertimentos”, e, nesse caso, também se precavam de um futuro que a todos aguardava. Portanto, configurava-se um espaço de convivência entre iguais, onde poderiam compartilhar suas experiências sob cativo e fora dele, como forma de sociabilidade e resistência. Segundo João José Reis, que escreveu sobre as irmandades negras na Bahia, eram espaços de solidariedade e negociação (REIS, 1996, p.7-33)

Permitir que pessoas negras se reunissem em seu tempo livre com vistas a um enterro que consideravam “decente” fazia parte desse jogo, pois apaziguava as tensões e era do interesse dos senhores. Ao mesmo tempo, para essa população de forros e escravizados, possibilitava a construção de espaços de convivência e a formação de redes de solidariedade, como veremos a seguir. O artigo pretende mostrar, por meio de documentação diversa, que tais questões podem ser tratadas como tema de ensino e pesquisa, pois há extensa documentação a respeito. Trata-se, especialmente, da documentação advinda do Arquivo Público do Estado do Maranhão. Por meio dessa documentação e de estudos iniciais, é possível investigar a composição étnico-social da população de São Luís e sua formação nos séculos XVIII e XIX, as redes de sociabilidade traçadas pelos negros em diferentes categorias e condições sociais no entresséculo, as formas de resistência e estratégias de inserção social proporcionadas pela organização das irmandades, dentre outras questões.

A população africana e afrodescendente em São Luís

Para que possamos compreender o contexto e a potência de tais ajuntamentos negros, bem como suas formas de sociabilidade e negociação, é necessário observar a população africana e afrodescendente em São Luís e suas tentativas de agrupamento. Assim, é possível utilizar registros escritos desse período para dar visibilidade à movimentação dessa população, notadamente em suas iniciativas de formar confrarias religiosas. Eles eram numerosos na cidade de São Luís; chegavam a 50% do total de moradores na primeira metade do século XIX. A historiadora Adriana Monteiro Santos, concluiu estudo sobre o cotidiano das populações escravizadas da capital, citando uma contagem populacional feita em 1837. Tabulando os Mapas de população feitos pelas autoridades provinciais nos três distritos mais populosos, a autora concluiu que “os escravizados chegavam a 5.200 indivíduos (entre “pardos” e “pretos”),

e os “pretos” livres (todos certamente de origem africana) eram mais 567 pessoas. Ainda que a província passasse por um período de reorientação econômica, com a queda dos preços do algodão no mercado europeu, as pessoas negras alcançavam a metade dos 11.505 moradores contados na área mais populosa do núcleo urbano (SANTOS, 2015, p.145-147).

Os escravos e libertos registrados na listagem tinham ocupações as mais diversas, contudo a maioria “pagava a semana”, portanto, ganhavam a vida “ao ganho”. Muitos foram anotados como vendedores ambulantes de doces e frutas, mas também havia oficiais, como: sapateiro, barbeiro e pedreiro. Outro contingente significativo se empregava na Praça do Açougue, localizada bem próximo das ruas anteriormente mencionadas. Alguns escravizados se destacaram por suas habilidades diferenciadas, como a “negra” Rosa, escrava de D. Maria Alexandrina, que, segundo foi anotado: “compra arroz que os pretos podem diligenciar”; ou Antônio, que se ocupava em “negociar carne de porco ao público”; este último dividia a casa de nº 31 da rua de Santa Ana com dois outros companheiros de escravidão: Trajano e Simão, propriedade de outros senhores.

A lista dos libertos possuía mais nomes, foram 173, mas infelizmente não foram anotadas suas “qualidades”, sua “cor”, nem suas ocupações. Entre estes, havia uma quase paridade, mas as mulheres se sobrepunham, chegavam a 89, o que corrobora inúmeros estudos que apontam que as mulheres eram mais favorecidas no momento da alforria. Outro fato que nos chamou atenção nessa listagem diz respeito ao inquilino João Ventura, “o chefe da Sociedade” de nossa primeira citação, que, segundo consta, morava na Rua da Fonte das Pedras, nº 37. Vivía junto com outro liberto, de nome Jorge, e era vizinho de Cândida Rosa. Sobre as denominações referentes à cor dadas à população cativa e liberta, Maristela Simão sintetiza assim a opinião de estudiosos abalizados sobre este tema:

Preto indicava origem africana do escravo, tanto que um indivíduo liberto era denominado preto forro, do mesmo modo, o escravo nascido no Brasil (na casa do senhor), era um crioulo. Já a palavra ‘negro’ designava sem-

pre a condição cativa do indivíduo. A prevalência destes termos, e destes significados parece estar sobremaneira relacionada com as continuidades culturais entre Reino e Colônia. Estas formas de classificação remetem, deste modo, ao Antigo Regime português, e à naturalização das desigualdades e hierarquias sociais que essa concepção de sociedade trazia consigo (SIMÃO, 2010, p.82).

Reverendo os registros escritos desse período, vemos que as denominações variavam conforme a tipologia documental, ainda que sempre marcando posições subalternas para afrodescendentes e africanos. Os Mapas de população, feitas pelos párocos desde o século XVIII, indicavam somente quatro segmentos sociais: “brancos”, “mulatos” e “pretos”, generalizando na categoria do meio todos que não se enquadravam nos extremos. Os “índios” eram contados à parte. No século XIX, nas contagens encomendadas pelos presidentes de província já aparecem os “pardos”, fossem eles livres ou escravizados. No Maranhão, os registros de batismos também anotavam os “pardos” e “índios”. Por outro lado, os inventários *post mortem* são mais específicos, indicam os cafuzos, mamelucos, os “crioulos” e as nações africanas, dados importantes para avaliação dos bens do falecido. Nesse aspecto, os testamentos superam todos os outros documentos com uma profusão de denominações “de cor”. Portanto, fica muito claro que a “cor” era uma construção social, servia ao propósito de demarcar posições naquela sociedade, sendo que o fator determinante era a origem escrava (MOTA & CUNHA, 2017).

Através de diversas fontes sabemos que as irmandades que aceitavam os homens e mulheres “de cor” já existiam em São Luís desde o século XVIII. Vemos a manifestação desse fenômeno nos documentos notariais, ricas fontes para pesquisa, como no caso da família de Vitoriano Ramos da Silva, que conhecemos por meio de seu testamento, ditado ao padre Joaquim Xavier de Araújo e do inventário de seus bens, feito após sua morte, em 1802 (MOTA; SILVA & MANTOVANI, 2001, p.87). Pela leitura do testamento e inventário de Vitoriano Ramos da Silva, não é possível saber sua

ocupação principal; talvez “vivesse de agências”, como inúmeros alforriados que residiam nos agrupamentos urbanos da América portuguesa. Constatar a autonomia social dos alforriados, e até de alguns escravizados, enriquece a nossa compreensão sobre o sistema escravista e nos permite entrever que a resistência ao mesmo não se dava somente no espaço do quilombo. A partir das referências à sua relação próxima com o pároco, podemos intuir sobre a importância das irmandades na vida deste alforriado, certamente uma forma de se inserir socialmente. Ainda que possuísse bens e até escravos, deduzimos de seu relato que grande parte de sua dignidade advinha do fato de fazer parte dessas associações. Observe-mos um pouco mais as irmandades como instituições mediadoras das negociações relacionadas a essa população.

As irmandades negras

Russel-Wood afirma que “a maioria das irmandades brotou do desejo comum, por parte de um grupo de negros ou mulatos, de formar uma entidade associativa oficialmente reconhecida” (RUSSEL-WOOD, 2005, p.200). Boxer também avalia a importância desse fenômeno, pois para ele, “essas confrarias religiosas para negros e mestiços sem dúvida propiciavam às classes humilhadas e desprezadas uma fonte de ajuda e consolo mútuo como nunca houve nas colônias francesas, holandesas e inglesas” (BOXER, 2002, p.306). Os estudiosos das irmandades negras avaliam que, além de ajuda mútua, para as populações de origem africana, estas representavam também formas de inserção social e uma espécie de identidade substituta. Em termos práticos, para uma larga faixa da população, que sobrevivia com poucos recursos, além do conforto espiritual, as doações feitas a essas sociedades se constituíam numa poupança coletiva para os momentos de maior dificuldade e a garantia de um enterro digno.

As associações negras mais proeminentes em São Luís foram as de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, pois alcançaram construir templos pró-

prios. Na historiografia oficial encontramos apenas notícias esparsas sobre as irmandades negras, como a que segue, feita no início do século XIX, por frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, que comentou que “a irmandade de São Benedito Preto era a mais numerosa da capital” (BOXER, 2002, p.306).

A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi erigida em terreno bem localizado na urbe, pois a três quadras do Largo e Igreja do Carmo, na rua que ficava por detrás do antigo Colégio dos Jesuítas. Estudiosos levantam a hipótese de que a irmandade do Rosário pertencesse à Igreja da Sé e que possíveis divergências entre os irmãos concorreram para o seu desmembramento no início do século XVIII, levando à sua criação também na Rua do Egito FONSECA, 2010, p.25). Esta divisão foi comum em todo o país, segundo afirma Russel-Wood, ao passo que essa “é considerada uma das devoções mais antigas e de grande popularidade entre os negros”(RUSSEL-WOOD, 2005, p.204).

Conforme nos informa o cronista regional César Marques, em maio de 1717 foi feita a doação do terreno localizado no lugar chamado “Carmo Velho” aos irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em escritura lavrada pelo Frei Prior e religiosos do Convento do Carmo, com a seguinte justificativa: “como os pretinhos irmãos da Virgem Nossa Senhora do Rosário estavam unidos e conformes para fundar aqui uma ermida dedicada à mesma Santa e por não terem sítio onde a fundassem, ofereciam [o terreno] para fundação da ermida, sacristia e adro, condicionando aos referidos frades a preferência de officiar as cerimônias e celebrar os festejos”. Segundo o mesmo autor, “o Rei dessa confraria, que à época era o preto Luís João da Fonseca e demais irmãos aceitaram a doação com todos os ônus e ali conseguiram edificar sua própria Igreja desmembrando-se da Igreja da Sé (MARQUES, 1970, p. 558). Segundo o historiador Ernesto Cruz, tal união de esforços se deu “à época da Colônia, ao tempo em que os escravos largavam a tarefa à noite, para o trabalho da igreja, carregando pedras, talhando a madeira e fincando estacas” (CRUZ, 1953,p.37).

Infelizmente, não ficou registrado o grupo étnico do qual faziam parte esses primeiros africanos no Maranhão, antes da chegada das grandes levas de escravizados trazidos pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII.

Clarice Andrade Fonseca fez um estudo sobre as irmandades negras com base nos “Compromissos” (Estatuto) registrados na Coleção de Leis e Decretos do Maranhão, publicações iniciadas em 1824 e que se estendeu por todo o século XIX (FONSECA, 2010, p.29). A autora encontrou a mesma tipologia documental para irmandades localizadas na sede e vilas mais prósperas da capitania: como Caxias, Codó, Alcântara, Icatu, Guimarães. No entanto, Fonseca resolveu se deter naquelas que possuíam atuação em São Luís. Por exemplo, cita o Compromisso da Irmandade do Rosário, registrada em 1851, que abrigava irmãos escravizados: “podem ser irmãos todas as pessoas de um e outro sexo que sendo de costumes honestos queiram por sua devoção concorrer com os seus bens e serviços para o maior esplendor do culto da Virgem Nossa Senhora do Rosário e se for pessoa escrava deverá apresentar licença por escrito do seu senhor”. Tal determinação também aparece no Estatuto de Nossa Senhora da Boa Viagem, registrado no ano de 1862 (FONSECA, 2010, p.25 a 27).

Entre a comunidade negra, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário gozava de grande destaque em relação às demais, pelo fato de possuir um templo próprio, chegando a abrigar outras irmandades como as Irmandades da Gloriosa Santa Efigênia e Nossa Senhora da Boa Viagem, além da Irmandade do Senhor Bom Jesus Redentor das Almas. Outro diferencial era que não havia restrições quanto à participação de seus membros nos cargos e decisões, como expressa em seu Artigo 7º: (FONSECA, 2010, p.29). Ainda que tenhamos poucas informações sobre como funcionava a divisão de espaço no interior dos templos, certo é que cobravam taxas anuais às demais que estavam vinculadas ou que funcionassem dentro da Igreja, e isso as tornavam dependente da principal. Escrituras, documentos de doação e Estatutos são fontes preciosas para

esse estudo. As festas se constituíram em momentos privilegiados de sociabilidade e performances de resistência e valorização social.



Figura 1: A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em São Luís.

Fonte: Álbum de fotografias de Galdêncio Cunha, rua do Egito, São Luís -MA, 1908. Domínio público.

Entre as festividades a cargo dessa irmandade estava o dia em honra a Nossa Senhora do Rosário, organizadas “com toda a grandeza possível, feitas pelos quatro festeiros de cada ano – sendo Rei e Rainha, Juiz e Juíza”. Segundo os especialistas nesse tema, a comemoração dos reis negros existiu até o final do século XIX, e percebemos que várias irmandades negras continuaram perpetuando estes cargos honoríficos. Neste mesmo Compromisso da Irmandade do Rosário, encontramos referências a príncipes e princesas que em função de seu cargo, tinham de pagar o valor de dois mil réis. No fim da festa eram coroados os novos reis e rainhas, e os juízes do ano seguinte tomavam posse do seu cargo. A festividade deveria ser realizada na Igreja do Rosário, se isto não acontecesse por algum motivo, deixaram registrado que, “aquele ou aquela que para isso influírem, perderão os privilégios que lhes são concedidos por este nosso Compromisso.” Os privilégios variavam: um deles era a quantidade de missas atribuídas aos irmãos

falecidos; se fosse juiz, juíza, rei ou rainha, no total de oito por pessoa (OLIVEIRA, 2016, p. 83).

Analisando ainda os Compromissos das associações compostas por essa população “de cor”, notamos, também, animosidades entre os que as compunham. Não é de se estranhar, pois faziam parte de uma formação social marcada pelas distinções sociais e hierarquias, na qual os indivíduos buscavam constantemente distanciar-se do estigma da escravidão e dos estereótipos de inferioridade. Segundo Russel-Wood, os membros das irmandades refletiam a natureza heterogênea da população negra e mulata do Brasil colonial. As únicas condições impostas a um candidato, comum a todas elas, era que fosse temente a Deus, de bom caráter e que pagasse regularmente sua contribuição anual. Quanto à aceitação de novos membros, as irmandades iam das rigorosamente exclusivas àquelas que praticavam uma política de admissão aberta. As exclusivas exigiam que os candidatos atendessem a critérios étnicos, sociais e até econômicos específicos.

Os cuidados para uma boa morte, com a realização de todos os sacramentos e dos sufrágios, eram, por sua vez, uma preocupação dos escravizados, os quais não contavam com privilégios, pois logo que “em se tratando de pretos não existe chão para tantos mortos” (RUSSEL-WOOD, 2005, p.202). Segundo Soares, o destino de muitos era os cemitérios mantidos pelas Santas Casas, em que alguns tiveram seus corpos transportados de forma indigna, enterrados em redes e lençóis, em esquifes fabricados rudemente, ou até mesmo atirados ao mar, abandonados em praias ou nas portas das igrejas (ABRANCHES, 1992,p.28).

Devido aos custos de um enterro digno, as populações marginalizadas recorriam às irmandades, que, embora dispondo de poucos recursos, procuravam, da melhor forma possível ritualizar os seus funerais.

Mesmo diante de um novo contexto político, ou seja, a partir da Independência política de Portugal, a Igreja continuou sob o domínio do Estado e adotou medidas no sentido de melhor desem-

penhar as suas funções e tornar mais eficiente sua fiscalização. Identificamos como alvo dessa reforma as irmandades religiosas que, a partir de então, com a aprovação dos estatutos para criação de novas associações, ficaram subordinadas às Assembleias Provinciais. Houve, ainda a criação da figura do juiz de capela, cuja função era verificar se estavam legalmente regularizadas, assim como fiscalizar e detectar qualquer irregularidade quanto aos seus bens e patrimônios.

A maneira sincrética e dessacralizada das associações incomodou a religião tradicional em todas as localidades nas quais se manifestou e isso ocorreu no Maranhão como, por exemplo, na figura do bispo maranhense Dom Felipe Condurú Pacheco, o qual observou com reprovação a dessacralização dessas confrarias no século XIX, dizendo que eram “displicentes” e possuíam “laivos de laicismo” que deveriam ser combatidos (PACHECO, 1969, p.350-351). Entre os homens e mulheres negras, as irmandades religiosas assumiram caráter sincrético e mais profano, ainda que naturalmente houvesse divergências entre os que delas participavam.

A hierarquia social vigente estava refletida nas irmandades religiosas, as quais eram procuradas com o intuito de por meio delas, alcançarem representação social, bem como a defesa de interesses e o usufruto de privilégios. Conforme Caio Boschi, além de funcionarem como espaços de auxílio mútuo e devoção eram também utilizados pelos irmãos como “uma forma de organização social, não apenas como centro dinâmico de práticas religiosas como veículo de afirmação de sua superioridade no plano social, isto é, instrumento de preservação de *status* e se seus privilégios”(BOSCHI, 1986, p.158). Diante da perspectiva de reconhecimento, privilégios e ascensão na pirâmide social, a população negra tendia a se fragmentar também em suas próprias irmandades, exigindo cada vez mais rigidez em critérios de admissão de novos membros (VAINFAS, 2000, p.317). Exemplificando as diferenças, tivemos acesso aos estatutos da Irmandade do Senhor da Coluna, abrigada no Convento de Santo Antônio em São Luís, em cujo artigo segundo restringe a participação apenas aos indivíduos de condição livre ao declarar que:

Art. 2º Para ser admitido ao grêmio da irmandade deve o pretendente ser de condição livre, maior de vinte e um anos de idade, de conduta irrepreensível, ter modos de subsistência e achar-se isento de crime; fará petição por ele assinada, na qual além do nome, serão declaradas a idade, a filiação, a naturalidade e a profissão do pretendente. (COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS, APEM).

Podemos observar que havia uma preocupação em garantir o cumprimento desta exigência, pois o aspirante tinha sua vida investigada por uma comissão formada por três membros, para averiguar se o pretendente atendia ao que estava determinado nos estatutos. O rigoroso controle na admissão de novos irmãos manifesta a tentativa de afastar-se do estereótipo de sua antiga condição e ascender socialmente, pois “a Irmandade do Senhor Bom Jesus da Coluna, que é a segunda procissão da quaresma e congregava uma elite de pessoas de cor, notadamente os que tinham algum ofício”(MEDEIROS, 2003, p.141). Por esse motivo, também não queriam se unir aos irmãos livres das Irmandades do Senhor Bom Jesus Redentor das Almas e de São José do Desterro.

A base de sustentação dessas associações negras e os recursos para a construção e manutenção de suas capelas advinham de doações para além de seus membros. Fontes para esse estudo e para a pesquisa podem ser encontrados em testamentos. Entre estes benfeitores esteve Cezília da Costa Coelho que em seu testamento de 1760 deixou “a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos dez mil réis” e Carlos Pereira, em 1765, deixou também à mesma confraria “um frontal de damasco como se usa para o seu altar–mor” (MOTA; SILVA & MANTOVANI, 2001, p.137 e 192). Ainda que pudessem participar das irmandades negras, os escravizados eram excluídos das votações, como vemos no Compromisso da Irmandade da Boa Viagem em seu Artigo 2º: “Sendo o propósito de tão acertado fim a veneração do culto Divino e serviço da Irmandade, jamais se deixara de aceitar nela qualquer pessoa seja qual for sua qualidade ou condição”. No entanto, ape-

sar de serem lotados como membros, os escravos eram impedidos de fazer parte da mesa, como podemos observar nos documentos.

Já os mulatos encontravam-se associados à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, outra que também possuía templo próprio, com o mesmo nome. No início do século XVIII ela dividia um altar lateral na Igreja do Rosário. Antes mesmo da construção de sua igreja, por volta de 1760, já era uma das mais prestigiadas, como atesta a lembrança de Gaspar dos Reis, que em seu testamento de 1744, destaca ser irmão da Santa Casa de Misericórdia, deixando legados para diversas confrarias (MOTA, 2001, p.51).

A Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cana Verde destacou-se entre as estudadas na capital da província do Maranhão devido à participação de escravos. Outros autores que se dedicam à temática registraram associações com este mesmo nome, em outras regiões do Brasil. Em São Luís, fundada no ano de 1851, encontrava-se ligada ao Convento de Nossa Senhora das Mercês. No traslado do seu Compromisso, que seria enviado para obtenção da licença e aprovação pelas autoridades, consta que entre os fundadores havia cativos (DOCUMENTO AVULSO DA ARQUIDIOCESE, 1851). Existe uma grande possibilidade de os escravos relacionados pertencerem ao convento, mas este registro é importante uma vez que é raro encontrarmos referências a cativos como fundadores.

A partir da segunda metade do século XIX, vemos um crescente aumento das irmandades, conforme podemos observar pela maioria dos Compromissos aprovados durante este período e publicados na coleção de Leis e Decretos da Província do Maranhão. O que reforça a ideia que tais associações eram, inegavelmente, instituições a partir das quais a vida comunitária era permitida a essas pessoas. Outro aspecto também deve ser ressaltado, as festas de santo proporcionaram aos escravizados um momento de lazer, como lembrou o historiador maranhenses João Lisboa ao observar o burburinho provocado pelo festejo de Nossa Senhora dos Remédios em São Luís:

Um dos maiores benefícios que dispensa a Virgem com a sua festa e que escapou a frei Doroteu no seu sermão é este prazer universal, tantas classes confundidas, tantos escravos deslembados de seus ferros, inda mal, que é tão fugaz! Não importa, é um momento de repouso nesta lida que só tem a morte por termo, é um conforto para recomeçar-se com mais vigor a tarefa do dia seguinte (LISBOA, 1963, p.19).

Consideradas importantes espaços de convívio e prestígio social, as festas religiosas mobilizavam todas as camadas sociais. Cercadas de muito fulgor e acompanhadas de danças, batuques, fogos de artifícios e grande pompa, demonstravam toda a sua força, quebravam a monotonia e a rotina da vida diária. A fuga da dura rotina de trabalho, estes momentos de distensão social revigoravam todo o sistema, permitindo que ele se reproduzisse até quase o final dos oitocentos.

A irmandade de São Benedito

Acreditamos que o processo de Abolição da escravatura tenha esvaziado sobremaneira o papel das irmandades negras em São Luís, pois avançando a Primeira República suas funções se tornaram eminentemente religiosas. No caso da irmandade de N. Sra. do Rosário, outro fator a teria fragilizado ainda mais: o encerramento das atividades da ordem dos Carmelitas no Maranhão, processo ocorrido na segunda metade dos oitocentos, quando ocorreu a venda ou abandono de suas inúmeras propriedades, fazendas de gado, olarias, conventos templos. O próprio Convento do Carmo, uma referência na cidade de São Luís desde sua fundação, teria passado aos franciscanos capuchinhos, marcando o fim de sua intensa atuação no norte do Brasil. Quanto aos homens negros pertencentes à centenária confraria do Rosário foram morrendo aos poucos, sem que conseguissem novos adeptos. Então, logo nas primeiras décadas do século XX, ela se extinguiu e tempos depois sua igreja ameaçava ruir por falta de manutenção. Foi por esta época que o bispo da arquidiocese de São Luís resolveu intervir, transferindo

para secular igrejinha da rua do Egito a irmandade de São Benedito, até então abrigada na igreja de Santo Antônio.

Para tanto, foi apoiada pelas autoridades eclesiásticas uma reforma no templo, o que teria alterado alguns de seus traços originais. O piso de lajotão de barro foi trocado pelo revestimento em ladrilho hidráulico (que ainda se conserva na sacristia), muito comum na época. Dessa forma foi transferida a devoção de São Benedito para igreja do Rosário dos Pretos, na rua do Egito, em 1947, donde se conserva até os nossos dias.

Em São Luís do Maranhão, a confraria do Glorioso São Benedito sempre fez a festa do santo na primeira semana de agosto, com campanhas entre os fiéis para arrecadar fundos, seguidos de novena, ladainha, procissão e missa campal. Esse aspecto da organização interna das irmandades merece uma atenção maior, pois detectamos que, apesar das populações afrodescendentes participarem ativamente das atividades, o controle das doações recebidas e dos gastos estavam a cargo de pessoas pertencentes a famílias de origem portuguesa. Acreditamos que no processo de institucionalização junto às autoridades constituídas os membros de origem africana eram afastados do controle das finanças.

Voltando às festividades do santo, nos dias da festa acontecia a distribuição de pães abençoados, almoço aos desvalidos, organizada por algumas famílias com posses. Por outro lado, a procissão era um dos rituais mais visíveis, sendo que, desde a mudança ocorrida, as duas imagens eram levadas: a de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário. Durante muito tempo os estivadores (alguns pertenciam à irmandade) estiveram encarregados de levar os pesados andores de madeira. Eles usavam uma bata branca para se distinguir dos outros devotos. O sindicato dos estivadores estava localizado numa rua lateral ao palácio dos governadores, próximos ao porto principal e a poucas quadras da antiga igreja do Rosário. Ocorre que, com o tombamento e revitalização do Centro Histórico após o título de Patrimônio da Humanidade conseguido no final do século XX, as instituições e populações subalternas, que secularmente

ocupavam essa área, foram afastadas para dar espaço às atividades ligadas ao turismo.

A procissão de São Benedito percorre os mesmos logradouros da anterior festividade realizada anteriormente. O festejo de São Benedito em São Luís difere pouco das realizadas para outros santos, a não ser pela “brincadeira” do tambor de crioula, que os devotos não abrem mão ao final da missa campal. Sobre a mudança da sede da irmandade de São Benedito, embora seja inconcebível aventar que autoridades eclesiásticas pudessem afastar tão fervorosos devotos, acreditamos que tenha sido uma forma sutil de segregar para um templo secundário as práticas do catolicismo popular que incomodavam a sociedade ludovicense de então, em especial os batuques que eram realizados após o encerramento das festividades religiosas. Este é um aspecto a ser investigado por meio de outros documentos.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário - monumento histórico

Entre os moradores do antigo centro da cidade existe um imaginário que cerca a igreja em meados do século XVIII, a de “foi feita pelos escravos, porque os brancos não admitiam pessoas negras em suas igrejas.” Trata-se de uma construção imaginária, pois como vimos muitos “brancos” contribuíram para a construção do templo, assim como era permitido aos escravizados entrarem em qualquer igreja, pois uma vez que fossem batizados, passavam a fazer parte da comunidade cristã e havia um esforço das autoridades eclesiásticas nesse sentido.

Certo é que o templo é uma edificação com três séculos, que começou a se erigir durante o auge do domínio português na região. Ainda que hoje se revista de grande importância por seu tombamento, ocupa um lote doado e suas proporções são muito modestas se comparadas aos outros templos católicos da época. Suas linhas são muito simples, quase sem nenhum adereço, posta numa rua lateral, por detrás da monumental igreja erguida pelos jesuítas. Outro aspecto que deve ser ressaltado é que permaneceu

sem maiores alterações por todos esses séculos. Ao que sabemos passou apenas por duas reformas, todas no século XX, quando já se falava sobre a importância de preservar o patrimônio histórico, o que deve ter contribuído para preservação de seus traços originais.

Utilizando recursos federais, em 2018, o IPHAN fez uma reforma significativa na igreja, que durou alguns anos. O telhado foi completamente refeito e o piso do salão principal antes revestido de ladrilho hidráulico passou a ser de madeira. Também a pintura que existia foi removida, passando a tons mais sóbrios, aproximando-a das outras construções coloniais. Infelizmente, não foi possível salvar o altar original, segundo o registro dos técnicos, comido pelos cupins, mas os santos foram restaurados. A sacristia permanece quase original, ainda com o piso de ladrilho hidráulico, com lavatório de mármore e os móveis de madeira originais.

Hoje, além de manter viva a fé católica, de abrigar a memória da irmandade do Rosário dos Pretos, inclusive com a imagem de Nossa Senhora no altar principal, realiza o tradicional festejo de São Benedito. Mantém missas regulares, está diretamente ligada à catedral da Sé e encontra-se aberta à visita pública, contando com funcionários ligados à Secretaria de Cultura do Estado. É, portanto, um monumento importante para pesquisas sobre organizações religiosas e suas sociabilidades em São Luís.

Finalmente, assinalamos o fato de que ainda resistem irmandades cujas origens estão ligadas às pessoas negras na cidade de São Luís, apesar do esvaziamento de seu papel social no final do século XIX. As Irmandades da Cana Verde e da Coluna, abrigadas hoje na Igreja de Santo Antônio, apesar de possuírem poucos membros, ainda se destacam nos rituais concernentes à Semana Santa, notadamente na procissão do Senhor Morto.

Considerações Finais

Ao observar a documentação sobre as irmandades negras no Maranhão, consideramos que tais associações começaram a se formar na cidade de São Luís ainda no século XVIII, como atestam

fontes oficiais e particulares. Com base nos *Compromissos*, publicados na Coleção de Leis e Decretos da Província, vimos que tais sociedades se multiplicaram nos oitocentos. Sua base social eram homens e mulheres chamados “de cor” (pretos, mulatos, pardos e cafuzos), aqui considerados genericamente como homens e mulheres negras que em uma contagem feita para população de São Luís, em 1837, chegavam a mais da metade dos moradores. As irmandades negras se espelhavam nas confrarias de irmãos leigos trazidas pelos portugueses no século XVII, mas logo tomaram feições próprias. Sempre com a justificativa de propagação da fé cristã, auxílio mútuo e um enterro decente para os irmãos, acabaram por se constituir em um dos espaços possíveis de inserção social para libertos e escravizados.

Em outras províncias foram detectadas barreiras étnicas entre africanos e nacionais, o que ainda demandam outras pesquisas. Certo é que as evidências trazidas por estas associações nos permitem conhecer mais sobre a trajetória de escravizados e libertos, sendo relevante aprofundar esses estudos, para saber mais sobre as ações de sobrevivência de grupos sociais tão numerosos e significativos para formação da população maranhense. O destaque à sua história em atividades de ensino e pesquisa, pode ser, portanto, bastante fértil para se conhecer e trazer à luz a organização desses espaços de solidariedade, de agenciamento e negociação de comunidades negras na cidade de São Luís do Maranhão.

Referências

ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativoiro (Memórias)**. Documentos Maranhenses, São Luís. SECMA, 1992

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM), São Luís: Secretaria de Governo, Guarda Municipal Permanente, setor Avulsos, s/fls, Relatório, São Luís, 1835.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhring. **De caboclos a bem-te-vis – Formação do campesinato numa sociedade escravista. Maranhão (1800-1850)**. 2ª ed., São Paulo: Editora AnnaBlume, 2015.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ed. Ática, 1986, p. 158.

BOXER, Charles. **O Império marítimo português (1415-1825)**. Tradução de Ana Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CRUZ, Ernesto. **Igrejas e Sobrados do Maranhão (São Luís e Alcântara)**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal S.A, 1953.

FONSECA, Clarice Andrade. Irmandades Religiosas oitocentistas: um estudo sobre as irmandades negras em São Luís do Maranhão. **Monografia de conclusão de curso (História)**. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2010.

HAWTHORNE, Walter. **From Africa to Brazil: culture, identity, and an Atlantic slave trade, 1600-1830**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MEDEIROS, Aranha. **Coleção Memórias de Velhos**. São Luís: Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, 2003.

LISBOA, João Francisco. **A festa de Nossa Senhora dos Remédios**. Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1963

MOTA, Antônia da Silva CUNHA, Maísa Faleiros. “No âmago da africanização: pessoas negras e de cor nos mapas populacionais do Maranhão colonial (1798-1821)”. **Revista Brasileira de Estudos de População – REBEP**, v. 34 (2017), p. 465-484.

MOTA, Antônia da Silva; SILVA, K. Rose; MANTOVANI, J. Dervil. **Criptos Maranhenses e seu legado**. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

OLIVEIRA, Milena Rodrigues de. Manifestações da Fé Católica: um estudo sobre as festas de Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário em São Luís (1850/1875). **Dissertação (Mestrado em História Social)**. Programa de Pós-Graduação em História Social. Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2016.

PRAZERES, Frei Francisco. **Poranduba Maranhense**. Revista do Instituto Histórico Brasileiro. Rio de Janeiro: 1891

PROJETO *SLAVE VOYAGES*. Disponível em <http://slavevoyages.org> acesso em maio, 2023.

REIS, João José. , “Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão”. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro: vol. 2, n, 3 (1996), p. 7-33.

RUSSEL_WOOD, Anthony John R. **Escravos Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira; 2005

SANTOS, Adriana Monteiro. O cotidiano da resistência escrava: São Luís do Maranhão (década de 1830). **Dissertação (Mestrado em História Social)**. Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SIMÃO, Maristela dos Santos. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil, **Dissertação (Mestrado em História da África)**. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010.

SOARES, Marisa de Carvalho. **Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no Século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000

SPIX, Johann Baptisti Von; VON MARTIUS, Carl Friedrich Phillip. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. vol. II, 4a ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.